



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS – CCBSA
ESCRITOR JOSÉ LINS DE REGO - CAMPUS V
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA**

ERICA THAIS DA SILVA BONIFÁCIO

**DIFUSÃO INCLUSIVA EM ARQUIVOS: a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no
ensino e pesquisa em Arquivologia**

**João Pessoa
2024**

ERICA THAIS DA SILVA BONIFÁCIO

DIFUSÃO INCLUSIVA EM ARQUIVOS: a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no ensino e pesquisa em Arquivologia

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Arquivologia

Área de concentração: Arquivologia – Linha 01 (Saberes e fazeres arquivísticos).

Orientadora: Prof. ^a Dr. ^a Ismaelly Batista dos Santos Silva

**João Pessoa
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B715d Bonifácio, Erica Thais da Silva.

Difusão Inclusiva em Arquivos: [manuscrito] : a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no ensino e pesquisa em Arquivologia / Erica Thais da Silva Bonifacio. - 2024.
30 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2024.

"Orientação : Profa. Dra. Prof.^a Dr.^a Ismaelly Batista dos Santos Silva, Coordenação do Curso de Arquivologia - CCBSA. "

1. Difusão em Arquivos. 2. Deficiência Auditiva. 3. Língua Brasileira de Sinais. 4. Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia . I. Título

21. ed. CDD 027

ERICA THAIS DA SILVA BONIFÁCIO

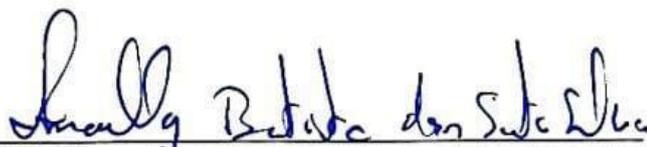
DIFUSÃO INCLUSIVA EM ARQUIVOS: a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no ensino e pesquisa em Arquivologia

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Arquivologia

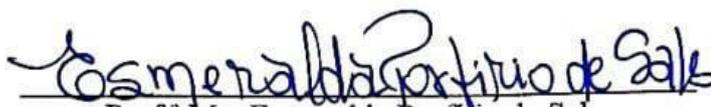
Área de concentração: Arquivologia – Linha 01 (Saberes e fazeres arquivísticos).

Aprovado em: 27/06/2024.

BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Ismaely Batista dos Santos Silva (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.ª Ma. Esmeralda Porfírio de Sales
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof.ª Dra. Genoveva Batista do Nascimento
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

A minha mãe, pela dedicação, incentivo,
companheirismo e amizade, DEDICO.

“O silêncio torna-se uma barreira entre surdos e ouvintes, mas na Língua de Sinais pode quebrá-la.”

(Autor desconhecido)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LSF	Língua de Sinais Francesa
L1	Primeira Língua
L2	Segunda Língua
REPARQ	Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Levantamento das Edições da REPARQ.....	24
Quadro 2 - Panorama de dados das edições da REPARQ sobre acessibilidade.....	26

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	DIFUSÃO EM ARQUIVOS E ACESSIBILIDADE	14
2.1	Acesso à informação na população surda	17
3	HISTÓRIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	19
4	METODOLOGIA	22
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	24
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
	REFERÊNCIAS	29
	AGRADECIMENTOS	31

DIFUSÃO INCLUSIVA EM ARQUIVOS: a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no ensino e pesquisa em Arquivologia

INCLUSIVE DIFFUSION IN ARCHIVES: Brazilian Sign Language (LIBRAS) in Archival Education and Research

Erica Thais da Silva Bonifácio*¹

RESUMO

O direito à informação constitui diferentes dimensões de atuação que convergem na possibilidade de a pessoa cidadã ter disponível e acessar qualquer fonte de informação pública antes mesmo de expressar necessidade, sendo-lhe assegurado o acesso sempre que solicitado. A Arquivologia constitui uma importante dimensão que remonta os processos de gestão documental nos diferentes contextos de instituições públicas ou privadas desde a produção, organização, destinação e acesso. Este último, como função arquivística no viés da difusão deve pautar recursos e estratégias de acesso e de acessibilidade. O presente artigo objetiva analisar teoricamente a função arquivística de difusão sob a perspectiva da acessibilidade de pessoas surdas em arquivos. A metodologia segue uma abordagem qualitativa aliada ao método de revisão sistemática de literatura e toma como objeto a produção de conhecimento na Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia – REPARQ, durante as sete edições do evento a nível nacional, em que é realizado um levantamento acerca da inserção da abordagem da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como requisito ao acesso à informação e competência profissional no âmbito do ensino e pesquisa em Arquivologia. Como resultados são apresentados os dados do levantamento que revelam a escassez de produção de saberes, diálogos temáticos e encaminhamentos acerca da temática de acesso à informação por meio da acessibilidade com a abordagem da LIBRAS no evento. Conclui-se que é requisito fundamental pautar a construção do viés de acessibilidade além do acesso à informação nos arquivos, e, em especial em espaços que buscam contribuir com a formação e expansão do conhecimento na Arquivologia para capacitar os profissionais a atuarem com formas inclusivas a exemplo da LIBRAS no contexto da difusão e mediação do conhecimento presente em arquivos.

Palavras-Chave: Difusão em arquivos. Deficiência auditiva. Língua Brasileira de Sinais. Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia.

ABSTRACT

The right to information encompasses different dimensions of action that converge in the possibility for citizens to have available and access any source of public information even before expressing a need, with access being assured whenever requested. Archival science constitutes an important dimension that traces the processes of document management in different contexts of public or private institutions, from production, organization, destination, to access. The latter, as an archival function in terms of dissemination, should guide resources

* Graduanda em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba.

and strategies for access and accessibility. This article aims to theoretically analyze the archival function of dissemination from the perspective of accessibility for deaf people in archives. The methodology follows a qualitative approach combined with the systematic literature review method and takes as its object the knowledge production in the Brazilian Meeting on Archival Education and Research – REPARQ during the seven editions of the event at the national level, in which a survey is conducted on the insertion of the Brazilian Sign Language – LIBRAS approach as a requirement for access to information and professional competence in the field of archival education and research. The results present data from the survey that reveal the scarcity of knowledge production, thematic dialogues, and recommendations on the topic of access to information through accessibility with the LIBRAS approach at the event. It concludes that it is a fundamental requirement to guide the construction of the accessibility bias beyond access to information in archives, and especially in spaces that seek to contribute to the formation and expansion of knowledge in archival science to train professionals to act with inclusive forms such as LIBRAS in the context of dissemination and mediation of knowledge present in archives.

Keywords: Diffusion in archives. Hearing impairment. Brazilian Sign Language. Brazilian Meeting on Teaching in Archivology.

1 INTRODUÇÃO

O direito à informação constitui diferentes dimensões de atuação que convergem na possibilidade de a pessoa cidadã ter disponível e acessar qualquer fonte de informação pública antes mesmo de expressar necessidade, sendo-lhe assegurado o acesso sempre que solicitado. Nessa perspectiva, os arquivistas devem garantir à população o direito à informação por meio dos arquivos tornando-os acessíveis.

De modo especial o acesso nos arquivos deve ser pensado sob uma perspectiva de inclusão e viés de acessibilidade, visto que é essencial reconhecer a necessidade da população em geral e as singularidades ou desafios que grupos em particular enfrentam como é o caso das pessoas com alguma deficiência, seja ela motora, visual, auditiva ou de qualquer outra natureza diversa.

Cada indivíduo e suas especificidades é um contexto a ser explorado para uma assistência de qualidade nos arquivos, e, conseqüentemente, cumprir de modo integral o direito à informação como papel social dos arquivos, previsto inclusive na Lei de Acesso à Informação – LAI nº12.527/2011. É importante salientar que o direito à informação assegurado no acesso aos serviços de informação por meio da difusão, na comunicação social mediada nos espaços de arquivos, possui na organização, planejamento dos recursos de acesso e acessibilidade às fontes de informação o elemento chave para atuação profissional de modo inclusivo.

A Arquivologia, como campo científico, congrega uma importante dimensão que remonta os processos de gestão documental, que têm como finalidade a garantia do controle do documento desde a sua produção até a destinação final na redução de toda acumulação da massa documental. De modo que, na gestão, a documentação, cumpra seus prazos no ciclo vital (corrente, intermediário e permanente) ou a eliminação, promovendo eficiência às informações presentes nas instituições, gerando acesso rápido e seguro ao público.

Nesse sentido, nos diferentes contextos de instituições públicas ou privadas desde a produção, organização e acesso. As funções arquivista são importantes no campo da Arquivologia para o desempenho das atribuições profissionais e institucionais, uma vez que essas funções devem ser realizadas em qualquer arquivo, oferecendo uma eficaz gestão documental, pois na realização das funções de modo sistêmico uma depende da outra para um trabalho coeso dos profissionais que atuam em arquivos.

Desta forma, segundo os autores Rousseau e Couture (1998) são identificadas sete funções arquivística, ou seja, produção, classificação, avaliação, descrição, aquisição, conservação e difusão. Esta última como função arquivística que deve pautar recursos e estratégias de acesso e de acessibilidade.

É neste contexto, que a função de difusão arquivista vem sendo abordada como meio de tornar acessível a documentação à sociedade. Chaves (2020, p.84) enfatiza que “a difusão tem como base a disseminação das atividades da instituição, seus trabalhos técnicos e científicos, seu acervo e a identificação do arquivo”. Para que, a população, os pesquisadores e os estudantes possam exercer o direito a essas informações de forma efetiva.

Outro fato na difusão é conhecer os seus usuários, planejar as abordagens e instrumentos na metodização dos seus serviços para aquele público, visto que as pessoas cidadãs surdas, por exemplo, podem solicitar informações às instituições, em que arquivistas precisam estar preparados para prestar o atendimento necessário na execução do acesso aos documentos, na comunicação, nos seus sistemas, ou seja, contar com profissionais que se preocupem com acessibilidade e inclusão social dentro dos arquivos.

Para compreender a população surda é preciso conhecer todo o percurso de sua história, a sua cultura e como aconteceu a implementação da LIBRAS como língua própria para que a pessoa com deficiência auditiva possa se comunicar com maior liberdade no caso do Brasil. Pensar este cenário nos arquivos representa dentre outras coisas, arquivos acessíveis gerando um desafio para uma consolidação da sociedade democrática, inclusiva e tornando o país e suas fontes de informação com acessibilidade e inclusão, mesmo que até hoje os surdos busquem mais reconhecimento social.

Acredita-se que o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na formação em Arquivologia representa significativo diferencial relacionado à acessibilidade e a comunicação na prestação de serviços de informação, além de uma função social, pois há diversidade entre os usuários de acervos e instituições de arquivo com os quais o arquivista terá que mediar de forma coesa a informação, em que se inclui a população surda.

O arquivista como mediador no acesso à informação contida nos acervos documentais desempenha um importante papel que deve ser trabalhado ainda em seu processo de formação nos espaços de ensino, ambientes de extensão e pesquisa proporcionados pelas Universidades, uma vez que, ante o exposto, é um diferencial no conhecimento técnico e científico com aplicação social deter um olhar crítico na inclusão e acessibilidade como critério à difusão em arquivos.

O panorama da efetividade na inserção da LIBRAS à formação em Arquivologia sugere o amplo e indiscriminado acesso à todas as pessoas, pois ainda hoje cidadãos(ãs) com deficiência lutam diariamente em fazer parte da vida social, sem sofrer discriminação, capacitismo e com autonomia. Além da compreensão do papel social e função do arquivo na sociedade.

Do ponto de vista pessoal a pesquisa é justificada por interagir com estudantes e profissionais que lidam com pessoas surdas, além de observar que na grade curricular do curso há o componente de LIBRAS, porém o mesmo não é ofertado e em diálogo com os colegas de curso e notório o interesse em cursá-la.

Outrossim, a presente pesquisa emergiu com a ideia de unir cientificamente as temáticas de Arquivologia, acessibilidade e LIBRAS, por perceber que apesar de relevantes e necessárias há escassez de discussões sobre acessibilidade, inclusão e questões relacionadas às deficiências na formação em Arquivologia e na própria produção científica a que se teve contato até então.

Sabendo-se que os profissionais de arquivo, em especial os arquivistas, devem suprir as necessidades sociais quanto ao acesso à informação como um de seus propósitos de atuação. Com ênfase na difusão em arquivos a partir do diálogo com as pautas de inclusão e acessibilidade à pessoa com deficiência no recorte da deficiência auditiva. E, orientando-se pelo direito à informação a esses usuários, que requer o desenvolvimento de competências profissionais específicas que habilitem ao arquivista reconhecer necessidades e atuar em prol da população surda. Nestes termos, emerge a seguinte **questão de pesquisa**: como a

Arquivologia por meio do seu ensino e pesquisa aborda a difusão em arquivos para acessibilidade de pessoas surdas?

Ante o exposto, como parte da estratégia da pesquisa, foi delimitado o **objetivo geral** de analisar a função difusão sob a perspectiva da acessibilidade de pessoas surdas em arquivos à luz da Arquivologia. De mesmo modo, visando o desdobramento dos percursos para atender ao objetivo geral foi definida uma sequência de procedimentos como **objetivos específicos**, em que inicialmente se buscou levantar a produção de conhecimento sobre acessibilidade e surdez na Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia – REPARQ; posteriormente identificar discussões temáticas, produções de conhecimento científico e recomendações acerca do uso da LIBRAS na formação e atuação do Arquivista; e por fim descrever um panorama técnico científico sobre a presença da temática de acessibilidade e produção do conhecimento sobre surdez aplicado a difusão arquivista.

Nas próximas seções são apresentados o referencial teórico que visa conceituar a acessibilidade, inclusão, acesso à informação e sua importância, difusão em Arquivologia, a história da Língua Brasileira de Sinais, bem como compreender historicamente o seu surgimento no Brasil, a LIBRAS, bem como articular teórica e legalmente a necessidade de adoção da LIBRAS como ferramenta para assegurar acessibilidade de pessoas surdas aos documentos de arquivo. Posteriormente são detalhados os procedimentos metodológicos que foram necessários para cumprir a estratégia apresentada por meio da questão problema e objetivos na introdução. Em seguida são apresentados os resultados obtidos no levantamento, que são discutidos à luz da Arquivologia e legislação sobre pessoas com deficiência em especial as pessoas surdas, em seguida as contribuições finais. Por fim, são listadas as referências das fontes de informação utilizadas na construção do artigo.

2 DIFUSÃO EM ARQUIVOS E ACESSIBILIDADE

Pensar sobre a acessibilidade, inclusão social e acesso na perspectiva da Arquivologia como ciência pautada em dar acesso à informação, trazendo consigo a pessoa com deficiência como público-alvo, requer entender alguns conceitos-chave como, por exemplo, acessibilidade e inclusão social.

De modo igualmente fundamental a acessibilidade é definida segundo a Lei Federal nº 13.146/2015, intitulada como Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência, em que acessibilidade é compreendida como um meio de melhoria total dos espaços, nos ambientes

em geral, dos serviços públicos, sistema de comunicação e informação. Em seu artigo 3º a institui como:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Os autores, Santos e Carvalho (2020, p.6) descrevem a acessibilidade como “[...] a construção de produtos, ambientes e serviços de forma a permitir sua utilização por todas as pessoas de maneira autônoma e segura”. Para que as pessoas tenham condições de acessibilidade, estruturação do espaço físico ou virtual, na prestação de serviços e na capacitação dos profissionais que possam participar no âmbito social.

Já o termo inclusão, fundamental para o exercício da cidadania e abordagem da acessibilidade das pessoas com deficiência, está conectado diretamente à política de incluir pessoas com deficiência que sofrem algum tipo de capacitismo, remontando uma luta social diariamente, no qual a deficiência é um obstáculo e o indivíduo não possui autonomia e capacidade pertencer a sociedade.

A inclusão possui também como finalidade a igualdade de oportunidades, apoio se necessário e que a população tenha o conhecimento de transformação e adaptação para incluir na participação dessas pessoas, no contexto social, políticas, econômicas, educacionais e tecnológicas. Sasaki reforça essa afirmação, sustentando que:

A inclusão social é um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, [...] simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. [...] Para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros. [...] A prática da inclusão social repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação. (1999 apud Magalhães, 2007, p. 69)

Desse modo, implementar a política pública para atender as necessidades da sociedade como um todo é fundamental, visto que o cidadão deve contribuir nas práticas inclusivas visando em “uma sociedade livre, justa, solidária e igualitária” (Cocurutto, 2010, p. 45). Tais atitudes se fazem importantes para que a desigualdade social seja impugnada, para que todas as pessoas cidadãs sejam inseridas igualmente nos princípios básicos de uma boa qualidade de vida. Dando assim, acesso à informação no âmbito arquivístico. Para os autores Tarapanoff, Suaíden e Oliveira;

[...] a informação e o conhecimento devem ser acessíveis a todos, independentemente de raça, nacionalidade, gênero, local, ocupação ou status social. As tecnologias de informação e comunicação devem estar voltadas para este fim e constituírem-se instrumentos para se alcançar um desenvolvimento verdadeiramente centrado no ser humano (Tarapanoff; Suaiden; Oliveira, 2002, paginação irregular).

Para conhecer a necessidade da pessoa com deficiência e as singularidades ou desafios que este grupo em particular enfrenta é preciso que o público em geral se molde em incluir nas atividades diárias, em ambientes, nos sistemas tecnológicos, sejam elas com deficiência motora, visual, auditiva ou de qualquer outra natureza diversa.

Consoante Freire (2007, p.143) “[...] a informação deveria ser considerada um bem social a ser compartilhado, assim como educação, saúde...” Devido a relevância de destacar o acesso à informação como meio de direito social perante uma instituição em atentar-se para os clientes de forma inclusiva e com acessibilidade desvinculando essas barreiras que uma pessoa com deficiência enfrenta.

Na visão de Jardim (2009 p. 2-3) observa que "o direito à informação transforma, ao menos teoricamente, o território administrativo em território partilhado, em espaço de comunicação.” Pois, é fundamental na formação cultural, intelectual e para os pesquisadores, diante de uma maior transparência das funções produzidas pelos órgãos públicos para fácil acesso à informação das pessoas.

De acordo com as autoras Ventura, Silva e Vitorino (2003, p. 37-40), definem a competência profissional como:

[...]relacionada nas habilidades dos profissionais que atue em uma unidade de informação que domina [...], sendo desenvolvida no que tange e as suas aptidões e áreas de atividade, é necessária a competência em informação, a qual vai possibilitar a identificação, análise, seleção e uso do objeto informacional [...] como forma de atender as necessidades do ambiente que está inserida, bem como dos seus usuários.

Partindo no desenvolvimento das habilidades do profissional em Arquivologia para realização as suas funções profissionais de forma competente e satisfazendo as necessidades social. Como competência em informação do arquivista os aspectos do saber, interpretar, avaliar, usar, acessar e seguir princípios éticos está relacionado no âmbito das atribuições do arquivista como profissional de arquivo em atender as peculiaridade do cidadão, por meio do uso da informação.

É preciso também que os arquivistas estejam capacitados no acesso aos serviços difusão, na comunicação social, no espaço dos arquivos e na informação documental, visto que é essencial reconhecer a necessidade de cada indivíduo e suas especificidades para dar os

melhores suportes no arquivo, conseqüentemente, promovendo o direito efetivo à informação a todos.

A função de difusão está interligada na disseminação das atividades dos órgãos, garantindo a transparência às informações a sociedade. Para proceder a difusão é subentendido que se conheça aos usuários, pensa-se nas abordagens e instrumentos na utilização dos seus serviços para aquele público específico, visto que os cidadãos surdos, por exemplo, podem solicitar informações ao arquivista, as instituições precisam estar preparadas para prestar atendimento necessário na execução do acesso aos documentos, na comunicação, nos seus sistemas e ter profissionais que se preocupem com a acessibilidade e inclusão social dentro dos arquivos.

Nesse sentido, o acesso à informação por meio de diferentes modalidades de difusão como as descritas por Bellotto (2006) prevê a difusão informal está interligado a publicações, com a modalidade de canais de comunicação sobre o acervo documental de uma instituição também é importante citar que autora considera os instrumentos de pesquisa como um gênero de publicação para propiciar o acesso do pesquisador ao documento principal. Já na difusão cultural “a repercussão de uma exposição na imprensa escrita e falada é fator de disseminação da ideia de arquivo: seu alcance é muito grande” (Bellotto, 2006, p. 229). Quanto a difusão educativa visa na compreensão do conhecimento da própria instituição arquivísticas, no aspecto de visitas escolares e ações da informação dos acervos. Assim, devem ser previstas a atuação efetiva quanto a organização do acervo para que esses processos de difusão para a sociedade sejam executados corretamente, ou seja, cumprindo as funções arquivísticas aliadas a uma boa gestão documental nas instituições, algo relacionado ao cumprimento sistêmico das referidas funções na instituição o que passa pela atuação do arquivista.

Em paralelo a isso, é preciso que seja discutida a acessibilidade e inclusão social na área da arquivologia desde os ambientes típicos de ensino, extensão, pesquisa e até em eventos e congressos científicos, visto que o arquivista deve se inserir ativamente nesse espectro para que desperte para outros profissionais a possibilidades de interação e comunicação dos usuários no contexto da população com deficiência. É importante salientar que o direito à informação assegurado no acesso aos serviços de informação, como a difusão mediada nos espaços de arquivos, figura como requisito ao acesso e acessibilidade em seu contexto inclusivo.

2.1 Acesso à informação na população surda

Um dos principais objetivos da Arquivologia é dar acesso à informação por meio dos arquivos para os usuários, pensando assim, o direito à informação constitui em possibilitar ao cidadão ter disponível qualquer fonte de informação pública quando for solicitada perante a instituição.

É nesse sentido, com a criação da Lei Federal nº 12.527/2011, é reconhecida como a Lei de Acesso à Informação, onde no art. 5º diz que o cidadão passou a ter direito de acesso a informações pública de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão para que todos possam entender, ou seja, a acessibilidade deve ser parte desta prerrogativa legal.

É fato que os arquivistas devem atender as necessidades informacionais da pessoa surda no arquivo, quanto ao acesso à informação, sendo assim especialmente o acesso nos arquivos deve ser pensado sob uma perspectiva de inclusão e viés de acessibilidade ao público surdo. De acordo com Martins Junior (2004, p. 88) são termos equivalentes:

O direito de acesso (ou acessibilidade) à informação concretiza algumas garantias em favor do cidadão (pleno desenvolvimento da pessoa humana, igualdade, soberania popular), responde aos preceitos democráticos de publicidade de ação dos órgãos dotados de prerrogativas públicas e contribui para a eficiência e a imparcialidade da atividade administrativa.

A gestão de documentos tem o processo crucial no acesso aos documentos para que seja efetivo nas instituições. Tem como finalidade a garantia do controle do documento desde a sua produção até a destinação final na redução de toda acumulação da massa documental, de forma que a gestão cumpra seus prazos no fluxo ciclo vital dos documentos ou a eliminação, promovendo ao público o acesso rápido às informações. Essas documentações são armazenadas e organizadas de maneira que os materiais de interesse civil e institucional devam ser acessíveis à população surda, além disso, procurar meios de adaptação informacionais para uma mediação efetiva.

Nesse sentido, nos diferentes contextos de instituições públicas ou privadas desde a produção, organização e acesso. As sete funções arquivista são essenciais no campo da Arquivologia para o desempenho das atribuições profissionais e institucionais, uma vez que essas funções devem ser realizadas em qualquer arquivo, oferecendo uma eficaz gestão documental, pois na realização das funções em que uma depende da outra para o trabalho dos profissionais que atuam em arquivos, Dessa forma, a função de difusão é recurso estratégico de acesso e de acessibilidade, pois é o meio de tornar acessível e promover a documentação aos cidadãos (Arquivo Nacional, 2005, p. 19).

Uma das possibilidades é a capacitação e implementação do uso da LIBRAS para gerar acessibilidade e inclusão, pois “[...] ao comunicar-se através da Língua Brasileira dos Sinais (LIBRAS), que é a língua usada pela comunidade surda” (Dias; Bon 2019, p. 85), está se incluindo a possibilidade de comunicação com uma significativa parcela da população brasileira. Pensando o uso da LIBRAS na formação de arquivista e atuação na difusão, pode-se estar contribuindo para futuros profissionais mais competentes de modo inclusivo, pensando em instrumentos de garantia às pessoas com deficiência auditiva o acesso à comunicação autônoma à informação, pesquisa e a educação.

Outrossim, cumprindo o papel do Arquivista como gestor, pode-se pensar a possibilidade de inserir um intérprete de LIBRAS para auxiliar nos processos de mediação e difusão por meio da comunicação com a população surda e elaboração de estratégias especializadas na instituição. Sobre o intérprete, a Lei Federal nº 12.319/2010 que regulamenta a profissão de tradutor, intérprete e de guia- intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Em seu art. 7º define que “O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo.” Portanto o arquivista deve pensar à pauta da diversidade no acesso à informação.

3 HISTÓRIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS é direcionada às pessoas surdas, surdo-cega, baixa visão ou pessoas que têm o interesse de aprender para se comunicar de forma eficaz com os surdos e os intérpretes. Cada país possui sua própria língua de sinais, é utilizada oficialmente somente no Brasil é denominada também como Libras, assim as palavras são representadas por um sinal, todavia é incorreto utilizar termos como gestos, mímicas etc. Desse modo, de acordo com Lei nº 10.436/2002, define como:

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual□ motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Por meio da lei brasileira a Libras é um idioma dentro do nosso país, como por exemplo o inglês, espanhol entre outros. Nessa perspectiva a Língua Brasileira de Sinais é utilizada com pessoas deficientes auditivas no Brasil para poder fins de comunicação.

Para se tornar a segunda língua do Brasil a população surda travou diversas lutas para o reconhecimento e a implementação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) no país. Desde

por volta da década de cinquenta do século XIX quando o governo era comandado na época por D. Pedro II que convidou o professor surdo e francês Hernet Huet, com objetivo de criar uma proposta para fundar a primeira escola para os surdos no país, tendo como forma de ensino a comunicação total. Huet foi o diretor de uma instituição para pessoas com deficiência auditiva na França, o francês veio ao Brasil com o mesmo propósito (Araújo; Braga, 2019, p.120).

A preocupação de Huet era de ensinar as pessoas surdas a terem uma comunicação com a sociedade de forma mais eficaz e clara, pois naquela época os surdos tinham uma dificuldade em se socializar por não existir uma língua própria. Segundo Santos (2006, p.5 apud Leichsenring, 2016, p.2) “[...] aumentar as possibilidades de comunicação dos surdos no meio familiar e escolar, possibilitando, dessa forma construir conceitos sobre si mesmo e sobre seu meio.” Pois, os sinais que os surdos utilizavam eram caseiros desenvolvidos para se comunicar com os familiares, mas não tinham como ter uma comunicação clara com outros surdos, por isso foi um marco importante para implementação do processo de ensino e aprendizagem na educação das pessoas com deficiência auditiva, que pudesse ter um diálogo mais amplo.

O instituto para surdos foi fundado por meio da lei nº 839, de 26 de setembro de 1857, por D. Pedro II na cidade do Rio de Janeiro, sendo denominada como: Colégio Nacional para Surdos-Mudos. Ao decorrer do tempo o termo foi substituído e chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), focando nos aspectos das formulações de políticas nacionais de educação de surdos.

O primeiro professor contratado para ministrar a escola foi o francês Huet com ajuda de sua esposa no funcionamento da instituição, inicialmente a comunicação era utilizada a Língua de Sinais Francesa (LSF). O Hernet tinha como base a educação de ensino da Instituição de Surdos-Mudos de Paris e implementou esse método com os seus alunos no Brasil (Goes, et al. 2013). Através disso, os surdos tiveram a chance de se comunicar entre si utilizando a língua de sinais, mesmo sendo da LSF. Conforme Goes e Campos (2013, p. 69) os autores explicam que “foi nessa escola que surgiu a mistura da Língua de Sinais Francesa com os sistemas já usados pelos surdos de várias regiões do Brasil e a Libras foi então se configurando.” A língua de sinais da LSF que ajudou na criação da Libras que hoje é primordial na comunicação as pessoas com deficiência auditiva no Brasil, a partir de adiante surgir a própria língua. Nesse sentido, a Albres (2005, p.3) enfatiza que:

Os principais Institutos de Educação de Surdos tiveram como modelo a educação francesa e conseqüentemente, independente da contradição entre ensino oralidade ou Língua de Sinais, carregam consigo a Língua Francesa de Sinais. Por isso a escola tem relação direta com o desenvolvimento da Língua de Sinais em nosso país, pois é nesse espaço que os surdos se encontram quando crianças.

Devido ser a única instituição do Brasil, foram vários alunos que passaram na escola para os surdos, inclusive pessoas de outras localizações e do exterior. Tornando “[...] referência para os assuntos de educação, profissionalização e socialização de sujeitos surdos” (INES, 2024). Quando o uso da língua de sinais foi inserido, sendo método de comunicação total que a princípio tinha como finalidade na sua grade curricular a comunicação, linguagem gestual e o alfabeto manual. Houve um impasse na forma de aprendizagem com os surdos, aplicando o método oralismo. A sociedade tinha uma visão distorcida sobre uma pessoa com deficiência, não foi diferentemente com a comunidade surda.

De acordo com Goldfeld (1997) a escola de Huet segue a tendência mundial e estabelece o oralismo como filosofia de educação. O método oralista é o ensino totalmente através a fala labial (oralização), ou seja, as pessoas surdas tinham que se adequar aos ouvintes e aprender a falar, visto que naquela época o surdo era denominado como uma pessoa doente que só era capaz de desempenhar culturalmente se utilizasse a forma labial. No estudo dos autores:

[...] surgindo as primeiras noções do que hoje constitui a filosofia educacional oralista. Essas alternativas educacionais se tornaram alvo de disputas. O uso de sinais ainda continuava sendo aceito no atendimento educacional, assim como a participação de professores surdos, mas o método oralista divulgou-se, foi ganhando adesões crescentes e veio a alterar esse cenário (Alpendre; Azevedo 2008, p.2).

Todo avanço e luta da comunidade surda em abolir o oralismo foi sendo desfeita, até que, no Congresso de Milão, ocorre a proibição total do uso da língua de sinais. Para Campos (2013) “foi observado que os surdos, por meio desse método – comunicação total – não apresentavam progressos no desenvolvimento linguístico, cognitivo, efetivo [...]” isto é que o oralismo não era método correto de ensino as pessoas surdas, só prejudicava a evolução da identidade, cultura e sua educação. Segundo Gesser (2012, p.95) “reconhecer e usar a língua de sinais é um grande passo, mas são necessários outros tipos de luas e movimentos para garantir aos surdos uma educação de qualidade e oportunidades de participação na vida social”.

Mesmo enfrentando os obstáculos e opressão no acesso a língua de sinais no país, em 2002 criou-se a lei n 10.436 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais - Libras, como forma legal de comunicação e expressão no Brasil. Dando assim a liberdade de ter sua comunicação

própria, usando até hoje a língua de sinais no país, atualmente na educação surda foi desenvolvida método importante no ensino para pessoas surdas é o bilinguismo tem como objetivo ensinar as duas línguas, a Língua Brasileira de Sinais como L1 e a escrita do Português como L2, uma vez que o L1 seja a língua importante para o ensino aos surdos, seguindo a escrita.

O grupo Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - FENEIS tem como principal objetivo o reconhecimento da cultura surda, que propõe promover a Língua de sinais, principalmente no âmbito da inclusão no mercado de trabalho, serviços e na educação. Conforme relatório anual da Feneis (2013, p.05):

A feneis tem como prática o apoio e colaboração das entidades que trabalham com surdos, visando uma ação conjunta em busca de constantes melhorias. Além de incentivar a criação e o desenvolvimento de novas associações de surdos e de cursos de Libras, a Feneis desenvolve atividades voltadas para o incentivo da educação bilíngue para surdos, para a inserção de surdos no mercado de trabalho e para a inclusão dos surdos e/ou pessoas com deficiência auditiva na sociedade. A federação organiza e participa de Congressos, Seminários e cursos buscando sensibilizar os meios de comunicação e incentivar o desenvolvimento de pesquisas.

Dessa forma, FENEIS tem função importante para a comunidade surda na luta pelo direito da independência dos surdos e na disseminação sobre a comunidade, cultura e congressos levando mais informação do surdo para todo público, visando uma sociedade que tenha ouvintes que se preocupe no aprendizado da língua, na capacitação de profissionais que de o suporte a pessoa surda através da LIBRAS. Portanto, a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS tem a participação da busca na sociedade o conhecimento do importante papel dos ouvintes em adquirir na formação profissional a Língua Brasileira de Sinais como meio de poder dialogar com a pessoa surdo, sendo assim, contribuindo na inclusão social no nosso país.

Nas próximas seções, sendo como objeto a Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia – REPARQ é evento nacional realizado desde o ano de 2010, e conta já com sete edições realizado em diferentes regiões do Brasil e congrega docentes, pesquisadores, profissionais e estudantes com o intuito de discutir temáticas voltada ao ensino e aprendizagem, sendo como temas de pesquisa que se torna relevante para Arquivologia. Neste contexto, se fez necessária a investigação sistemática enquanto vislumbrar aspecto específico quanto a difusão e acessibilidade.

4 METODOLOGIA

A metodologia é parte fundamental para execução dos processos de investigação científica quando se pretende conferir qualidade e atender adequadamente a estratégia da pesquisa revelada, por exemplo, através do objetivo do estudo, por meio da qual são descritas técnicas de acesso à fontes de informação e modelos de análise, assim como etapas próprias do seu desenvolvimento, que são apresentadas no decorrer da estrutura do material de comunicação científica, identificando assim o tipo de pesquisa, a sua abordagem, o método, as etapas de coleta e análise de dados. Revelando ainda, os interesses do pesquisador, assim como os procedimentos que possibilitaram compreender a condução do método.

Neste sentido, com base nos objetivos traçados a pesquisa aqui apresentada é tipificada como sendo exploratória e descritiva. Coadunando com Gil (2002. p.41), ao compreender que a pesquisa exploratória “proporciona maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-la mais explícita ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições”. Podendo ser utilizada a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso, por sua vez, a de cunho descritivo ocorre “quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 52). Por tanto, a investigação de cunho exploratório “visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (Prodanov; Freitas, 2013, p. 59).

Quanto aos procedimentos gerais para cumprimento do objetivo da pesquisa, foi feita uma revisão de literatura por meio da observação de artigos científicos, livros eletrônicos, monografia, legislação, publicação de revistas e sites que abordam a união temática de acessibilidade em arquivos, inclusão e Arquivologia, com ênfase na pessoa com deficiência auditiva. As bases de dados acessadas foram: Google Acadêmico, DSPACE da Universidade Estadual da Paraíba e BRAPCI nas quais os termos: Acessibilidade e Arquivologia, Inclusão e Arquivos, Língua Brasileira de Sinais, Difusão Arquivística, Funções arquivística e LIBRAS foram adotados como refinamento de busca.

Em relação aos materiais, foi usada a leitura analítica que primeiramente foi realizada uma leitura do texto selecionado, identificando as informações necessárias e destacando os trechos mais pertinentes de cada obra ou do texto, em seguida foi estruturado as principais ideias e colocando em prática de forma escrita todo processo de conhecimento obtido.

Visando o estudo de caso tendo como objeto a produção de conhecimento manifestado nos sites do evento de Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ) no período de 2010 à 2024, relacionada a temática de acessibilidade e surdez foi realizada uma revisão sistemática de literatura que é compreendida pela busca ativa, seleção e análise

crítica em diferentes escalas e contexto científico, referente a uma questão principal no estudo. Para os autores Sampaio e Mancini (2007), a Revisão Sistemática de Literatura (RSL);

[...]é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema [...]são particularmente úteis para integrar as informações de um conjunto de estudos realizados separadamente sobre determinada terapêutica/intervenção, que podem apresentar resultados conflitantes e/ou coincidentes, bem como identificar temas que necessitam de evidência, auxiliando na orientação para investigações futuras (Sampaio; Mancini, 2007, p.84)

Quanto à abordagem adotou-se a perspectiva qualitativa, acerca da busca de levantamento para obtenção de uma análise mais profunda no processo deste estudo em relação ao tema de acessibilidade nas edições do REPARQ. Nesse aspecto, Pinto (2013, p. 1038), explica que “A pesquisa qualitativa enfatiza a natureza repleta de valores de investigação, busca soluções para as questões que realçam o modo como a experiência social se desenvolve e adquire significado.”

Tendo como base nesse estudo o levantamento da REPARQ de modo preliminar identificou-se a existência de sete edições do evento a nível nacional listadas no Quadro 01, que é apresentado na seção seguinte juntamente com o produto analítico que aborda a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS como requisito ao acesso à informação e competência profissional no âmbito do ensino e pesquisa em Arquivologia.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O intuito da REPARQ é ampliar cientificamente o debate coletivo acadêmico a fim de aprimorar as práticas do ensino e pesquisa na Arquivologia, portanto em algumas edições foi desenvolvido em formato de livros/e-book para demonstrar a produção, as pesquisas, formação e a difusão do conhecimento arquivístico. Ao final das discussões dos eventos são inseridas sugestões para continuidade futura em debater tópicos importantes, mediante o que foi comunicado com todos os profissionais da área no transcurso das atividades relacionadas.

Mediante os aspectos introdutórios da pesquisa em pauta e os objetivos propostos, tomando como base principal o site oficial da Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ) e as análises realizadas é apresentado a seguir um panorama da produção de conhecimento em Arquivologia sob a perspectiva da acessibilidade, LIBRAS e deficiência no recorte da surdez.

Iniciemos pelo produto do levantamento realizado nas sete edições da REPARQ, disposto no portal oficial por meio do seguinte link: <https://www.reparq2024.com.br/> sendo ilustrado no Quadro 1, em que são demarcados os dados de ano de realização, local, o tema geral e o tipo de publicação gerada após o evento. Este contexto nos dá uma visão abrangente das propostas temáticas e fornece através do material de publicação a fonte de informação utilizada para revisão sistemática de literatura na qual se buscou identificar as referidas temáticas indicadas como descritores na etapa de delineamento metodológico.

Quadro 01 – Levantamento das Edições da REPARQ

Edição/ano	Local	Tema geral	Tipo de publicação
I / 2010	Universidade de Brasília (DF)	A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras	Não consta
II / 2011	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) Universidade Federal Fluminense (UFF)	Novas dimensões da Pesquisa e do Ensino da Arquivologia no Brasil.	Livro: Novas Dimensões da Pesquisa e do Ensino da Arquivologia no Brasil
III / 2013	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em Arquivologia no Brasil.	Livro: Perfil, evolução e perspectivas do ensino e da pesquisa em arquivologia no Brasil
IV / 2015	Universidade Federal da Paraíba (UFPB) Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	Pesquisa e Ensino da Arquivologia no Brasil: o estado da arte.	E-book: Cartografia da Pesquisa e Ensino da Arquivologia no Brasil: IV REPARQ
V / 2017	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Ensino e Pesquisa em Arquivologia: cenários prospectivos.	E-book: Ensino e Pesquisa em Arquivologia: cenários prospectivos
VI / 2019	Universidade Federal do Pará	A pesquisa e o ensino em arquivologia: perspectivas na era digital	E-book: A pesquisa e o ensino em arquivologia: perspectivas na era digital
VII / 2022	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Arquivos, Democracia e Justiça Social	Livro: Arquivos, democracia e justiça social

Fonte: Elaborado pela Autora, 2024.

Diante do levantamento, foi possível ter uma visão panorâmica do que é proposto nos eventos observados, tendo em vista que, por exemplo, na primeira edição de tema “A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras”, não consta a elaboração da publicação no desenvolvimento de trabalho na área da Arquivologia, mas tal atividade foi mencionada a título de recomendação geral ao fim do evento.

Na segunda edição, a partir da busca em estimular diálogos e reflexões na área, foram inseridos publicamente os trabalhos criados pelos alunos, professores e pesquisadores, e o quanto é essencial a REPARQ em promover o ensino e pesquisa no campo arquivístico, elevando a importância da Arquivologia no Brasil.

De modo específico, tomando por análise o objeto da presente pesquisa, que versa sobre acessibilidade, surdez e pessoa com deficiência na Arquivologia. Dentre todas as edições realizadas da REPARQ não foi abordado com destaque registrado entre os temas nem a acessibilidade e nem a pessoa com deficiência, o que seria relevante, visto que os temas centrais servem como orientação a produção e discussões acerca deste enfoque no quadro de ensino e pesquisa. Neste sentido, fica registrada a necessidade da presença destas temáticas como assuntos futuros para as próximas edições, pois em visibilizá-las ao profissional de arquivo, torna possível sua abertura para atuação frente a documentação com um viés de inclusão e acessibilidade no momento de pensar aspectos cruciais como a difusão arquivística.

Para endossar os estudos e as análises das últimas edições da Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ) a partir das discussões sobre a abordagem de acessibilidade e surdez voltamos nossas lentes para os trabalhos publicados como produto do conhecimento de cada edição e que variam nas modalidades de livros/ebook, relatório final e nas recomendações realizadas ao fim do evento.

Quadro 02: Panorama de dados das edições da REPARQ sobre acessibilidade

REPARQ	Livros/Anais	Quantitativo	Produção/ Relatório	Recomendações
I / 2010	-	-	-	Não consta sobre acessibilidade
II / 2011	Livro/Não aborda a temática	29 Artigos	-	Não consta sobre acessibilidade
III / 2013	Livro/Não aborda a temática	32 Artigos	-	Não consta sobre acessibilidade
IV / 2015	E-book/Não aborda a temática	29 Artigos	Sim, mas não cita acessibilidade	Não consta sobre acessibilidade
V / 2017	E-book/Não aborda a temática	40 Artigos	Sim, mas não cita acessibilidade	Não consta sobre acessibilidade
VI / 2019	E-book/Não aborda a temática	31 Artigos	-	Não consta sobre acessibilidade
VII / 2022	Livro/Não aborda a temática	122 Artigos	-	Não consta sobre acessibilidade

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Seguindo a análise, no Quadro 02 é apresentada uma síntese que visou a identificação no portal da REPARQ, a partir de um levantamento acerca da presença das temáticas de acessibilidade à população surda mediante o campo da Arquivologia.

Após a avaliação da produção de conhecimento nos materiais da REPARQ, foi observada a ausência de abordagem quanto a acessibilidade ou conteúdos que destacassem a pessoa com deficiência no contexto da Arquivologia. Tal aspecto, confirma em dados científicos a escassez de produção e articulação da área em prol de questões como a deficiência e trabalho nos arquivos orientados às pessoas com deficiência o que descumpra aspectos éticos e legais como observado na Lei Federal nº 12.527/2011.

Reitera-se que a presente temática merece uma atenção primordial para os próximos eventos científicos, pois desde 2010 a Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia vem sendo desenvolvida com o comprometimento da produção científica, do conhecimento dos pesquisadores em participação de debates científico, atrelando ao ensino, pesquisa e a extensão na arquivística brasileira, envolvendo os docentes, discentes e a pós-graduação, desse modo, levando informações importantes acerca da produção acadêmica de diversos temas de interesse social com relação a Arquivologia.

Ao analisar o processo da pesquisa é perceptível a falta de abordagem sobre a junção da acessibilidade e arquivologia na Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia e acerca da LIBRAS na formação e atuação do arquivista, podendo este ser objeto de reflexão na criação e abordagem como tema geral dos próximos encontros. Assim, seguindo um ciclo de produção de conhecimento, possivelmente tenhamos uma base teórica, profissionais e instituições comprometidos com uma formação inclusiva, em que a Arquivologia e os arquivos passem a figurar com mais qualidade e amplitude de acesso para acessibilidade, por exemplo, de modo aplicado à difusão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É requisito fundamental pautar a construção do viés de acessibilidade além do acesso à informação nos arquivos, e, em especial em espaços que buscam contribuir com a formação e expansão do conhecimento na Arquivologia para capacitar os profissionais a atuarem com formas inclusivas a exemplo da adoção da LIBRAS no contexto da difusão e mediação do conhecimento presente em arquivos.

Como analisado, o tema de acessibilidade apesar de ser direito legal, contexto moral e dialogar com a função arquivística de difusão, a partir do observado nos Quadros 01 e 02 o

tema de acessibilidade voltado à pessoas com deficiência e em particular a pessoa surda ou mesmo abordagem da LIBRAS, quer seja na construção de ambientes acessíveis ou na formação em Arquivologia não tem aparecido nas discussões do espaço dedicado a reunir pesquisadores, professores, profissionais e estudantes da área.

Os temas das edições já consolidadas são de extrema importância na área da Arquivologia, desde a sua primeira edição trouxeram um avanço significativo no saber acadêmico, no desenvolvimento de pesquisas, na formação do profissional, no conhecimento da Arquivologia/arquivo para a sociedade. Por sua vez, os produtos desdobrados em publicações nos formatos de livros, relatórios e recomendações são originados dos trabalhos científicos na Arquivologia apresentados na REPARQ com diferentes abordagens, além de inserir sugestões para continuidade futura nos próximos eventos, mediante o que foi discutido e pactuado com todos os profissionais.

Isto posto, foi atendido ao objetivo geral, mediante o cumprimento dos objetivos específicos, uma vez que, a partir do levantamento da produção de conhecimento sobre acessibilidade e surdez na Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia – REPARQ foi possível identificar as ausências de discussões temáticas, produções de conhecimento científico e recomendações acerca da LIBRAS na formação e atuação do arquivista no Brasil.

Fechando o panorama técnico científico sobre a presença da temática de acessibilidade e produção do conhecimento sobre surdez aplicado a difusão arquivística, mesmo tendo apresentado diálogos possíveis na seção de referencial teórico a lacuna de abordagem na Arquivologia indica a carência e consecutivamente a lacuna de conhecimento de seus profissionais ante a difusão em arquivos para pessoas com deficiência, em específico para a população surda. Encerrando assim com o cumprimento do objetivo geral no qual analisamos a função difusão sob a perspectiva da acessibilidade de pessoas surdas em arquivos à luz da Arquivologia.

Espera-se que este trabalho possa contribuir com discussões mais aprofundadas dessas temáticas ainda pouco explorada na Arquivologia. Que as práticas inclusivas e acessíveis sejam parte da preocupação social do arquivista enquanto profissional da informação, uma vez que no processo da formação, os congressos e eventos incentivam a produção científica no campo arquivístico, contribuindo no desenvolvimento da área.

Por fim, como sugestão é recomendada a abordagem efetiva quanto ao tema central em futuras edições da REPARQ, quanto a pesquisas futuras ou desdobramentos possíveis, elenca-se a possibilidade de mapear os currículos dos cursos de Arquivologia e dando atenção

em ofertar no ensino a inserção curricular da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como disciplina optativa, previsto inclusive no decreto nº 5.626/2005 e seu efetivo ensino na formação para atuação em Arquivologia. Ou seja, é essencial travar uma agenda de pesquisas sobre o papel dos profissionais de arquivo acerca da Língua Brasileira de Sinais, relacionando-a acessibilidade em arquivos à luz da Arquivologia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Wolney Gomes. **Introdução à Língua Brasileira de Sinais**. – Ilhéus, BA: UAB/UESC, 2013.149p. Il. (Letras Vernáculas – módulo 6 – volume 1 – EAD).

ALMEIDA, Alex Serrano; GONÇALVES, Renata Braz. Inclusão social e suas abordagens na Ciência da Informação: análise da produção científica em periódicos da área de Ciência da Informação. *Encontros Bibli: Revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, vol. 18, núm. 37, 2013, p.241-246. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/147/14729734013.pdf> Acesso em: 24 de abril de 2024.

ARAÚJO, Helena L.M; BRAGA, Aline C.C. **A história da Língua Brasileira de Sinais**. *Revista Educação e Ensino*, Fortaleza, V. 3, n. Disponível em: <https://periodicos.uniataeneu.edu.br/index.php/revista-educacao-e-ensino/article/view/44/43> Acesso em: 05 de maio de 2024.

ALBRES, N. A. e VILHALVA, S. **Língua de Sinais: Processo de Aprendizagem como Segunda Língua**. 2005.

ALPENDRE, E. V; AZEVEDO, H.J.S. **Concepções sobre surdez e linguagem e a aprendizagem de leitura**. Curitiba: SEED, 2008.

ALBUQUERQUE, Mayra Will de. **Reflexões sobre a acessibilidade nos arquivos [manuscrito]: apontamentos teóricos para uma perspectiva prática**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/11904> Acesso em: 26 jun.2023.

Arquivo Nacional (Brasil) **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.; 30cm. – Publicações Técnicas; nº 51. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/dicionrio_de_terminologia_arquivistica.pdf Acesso em: 23 de maio de 2024.

BRASIL. DECRETO: nº 5.626, de 22 dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626. Acesso em: 17 Abril de 2023.

BRASIL. Lei No 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. **Diário Oficial da União**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm Acesso em: 26 jul.2023.

BRASIL, Lei nº 10.436 do 10 ano de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm Acesso em: 13 fev.2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm Acesso em: 27 mai.2023.

BRASIL, Lei nº 12.527/2011. Lei de Acesso à Informação – LAI. **Diário Oficial da União**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm Acesso em: 25 de maio de 2024.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

DIAS, M.R.; BON, G. **Um olhar ao estudante com surdez da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**: análise sobre a acessibilidade à informação na Biblioteca Central Zila Mamede. BiblioCanto, Natal, v.5, n.1, p. 85, 2019.

CHAVES. **O papel da difusão para o fortalecimento da identidade de arquivo**. Revista do Arquivo São Paulo, Ano VI, n. 10, 2020.

FENEIS, **Relatório Anual de 2013**. Disponível em: https://issuu.com/feneisbr/docs/feneis_relato_rio_2013 Acesso em: 02 de maio de 2024.

FREIRE, Isa Maria. **Informação e educação: parceria para inclusão social**. Inclusão Social, Brasília, v. 2, n. 2, p. 142-145, abr./set. 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/SD%20TECHNOLOGY/Downloads/grmb,+In.Soc-2007-84.pdf> Acesso em: 29 de abril 2024.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas S/A, 2002. 41p.

JARDIM, José Maria. **O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação**. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/mesa/o_acesso__informao_arquivstica_no_brasil.pdf>. Acesso em 12 maio. 2024.

JARDIM, José Maria.; FONSECA, Maria Odila. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: http://www.datagramazero.org.br/out04/Art_04.htm

LOPES, Bianca da Costa M. **Difusão de Acervos Arquivísticos: o conceito de user experience no Sistema de Informações do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018. – (Prêmio Nacional de Arquivologia Maria Odila Fonseca; 3). Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/publicacoes/difusao-de-acervos-arquivisticos_bianca-lobes.pdf Acesso em: 20 de maio de 2024.

LEICHSENDRING, T. L. **Educação de Surdos Brasileiros: de Dom Pedro II aos desafios atuais**. XVII Encontro Nacional de Ensino de Química. Florianópolis, SC, Brasil, 2016.

MAGALHÃES, Abigail Guedes. Desafios de uma educação inclusiva: utopia ou realidade. **Instrumento: revista de estudo e pesquisa em educação**, Juiz de Fora, v. 9, p. 69, jan./dez. 2007.

MARTINS, Junior. **Transparência administrativa: publicidade, motivação e participação popular**. São Paulo: Saraiva, 2004.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013. p.59. Acesso em: 13 de maio de 2024.

PINTO, Cândida Martins. Metanálise qualitativa como abordagem metodológica para pesquisas em letras. **Atos de pesquisa em educação**, v. 8, n. 3, p. 1038, 2013. Acesso em: 01 de julho de 2024.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Fundamentos da disciplina arquivísticas**. Tradução de Magd Bigotte de Figueiredo. Portugal: Lisboa, Dom Quixote, 1998.

SANTOS, Ícaro Augusto; VALÉRIO, Erinaldo Dias. **Acesso de pessoas surdas em bibliotecas: caminhos para equidade**. Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 26, n. 3, p. 1-11, Número Especial, 2021.

SANTOS, K. G.; CARVALHO, K. A. **Acessibilidade e tecnologia assistiva em bibliotecas universitárias: estudo de caso no CEFET-MG.RICI**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 5-19, jan./abr. 2020.

SAMPAIO, R.F; MANCINI, M.C. **Estudo de Revisão Sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica**. Rev. bras. fisioter., São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007 ©Revista Brasileira de Fisioterapia.

SCHLUNZEN, Elisa. T; BENEDETTO, Laís. S; SANTOS, Danielle. A. **O que é Libras?** UNESP. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/65522/1/101_t01.pdf Acesso em: 02 de maio de 2024.

TARAPANOFF, Kira; SUAIDEN, Emir; OLIVEIRA, Cecília Leite. Funções Sociais e Oportunidades para Profissionais da Informação. **DataGramaZero: revista de ciência da informação**. v. 3, n.5, out. 2002. Disponível em: <http://afro.culturadigital.br/wp-content/uploads/2017/10/Artigo-14.pdf> Acesso em: 07 de maio de 2024.

VENTURA, Renata; SILVA, E.C.Leite, VITORINO, E.Viera. **Competência em informação: uma abordagem sobre o arquivista.** Disponível em: <http://www.scielo.org.pe/pdf/biblios/n73/a03n73.pdf> Acesso em: 01 de julho de 2024.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente a minha família por vibrarem nas minhas conquistas, minha avó que é um exemplo de força e fé, mesmo não estando mais presente fisicamente, me ilumina nos dias bons e ruins em minha vida, a ela dedico todas as conquistas desta graduação, pois sei do seu desejo em ter a primeira neta formada em um curso superior.

A minha mãe que esteve comigo em todos os processos da graduação, me dando apoio e acreditando no meu potencial. Ao meu irmão Pedro Guilherme, por me fazer quem eu sou, me tornar um ser humano melhor, através dele que pude me inspirar pela luta na acessibilidade e inclusão.

A Universidade Estadual da Paraíba – Campus V, grata a equipe, em especial aos docentes do curso em Arquivologia pela dedicação, empenho e trabalho nesses quatro anos e meio.

Agradeço notadamente a minha querida Orientadora a Profa. Dr.^a. Ismaelly Batista dos Santos Silva por ter aceitado meu convite na elaboração do meu TCC. Obrigada professora pelas dicas, correções (foram valiosas), dedicação e companheirismo em todo processo no desenvolvimento do TCC.

A banca examinadora, com a Profa. Ma. Esmeralda Porfírio de Sales e a Profa. Dra. Genoveva Batista do Nascimento, obrigada por terem aceitado gentilmente o convite de compor a banca, é uma honra!

Aos colegas de sala e amigos(as) que conquistei durante o curso, que fizeram esta fase acadêmica mais leve. Guardo com carinho Stefanny, a melhor amiga que pude contar nos momentos de nervosismos, de estudos e alegria, obrigada por tudo minha amiga.